

CARTA no. 002/2022 DS/SP

São Paulo, 14 de fevereiro de 2022.

À

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - FIESP.

A/C SR. PRESIDENTE JOSUÉ GOMES DA SILVA

SR. VICE-PRESIDENTE DE ASSUNTOS JURÍDICOS HELCIO HONDA



Prezados Srs.,

A diretoria da Delegacia Sindical de São Paulo – DS/SP, do SINDICATO NACIONAL DOS AUDITORES FISCAIS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - SINDIFISCO NACIONAL registra novamente nossos agradecimentos pela generosa recepção ocorrida em 02/02/2022 nas dependências dessa Federação.

Como abordado inicialmente, reforçamos os laços que unem essa importante e prestigiada FIESP e a RECEITA FEDERAL DO BRASIL -RFB em seus interesses convergentes, em especial, a defesa da Indústria Nacional pela atuação da RFB no combate à pirataria, ao descaminho e à sonegação fiscal que tanto atrasam e prejudicam a própria Indústria e o desenvolvimento do país.

Da mesma forma que a FIESP atua na defesa da indústria paulista, a RFB também o faz quando atua no combate aos ilícitos que acarretam enorme concorrência desleal, através da cobrança e fiscalização dos tributos internos e aduaneiros. Além da indispensável presença e atuação fiscal com centenas de Auditores-Fiscais lotados e atuantes em nossos portos, aeroportos e fronteiras, a RFB também age fortemente como órgão de segurança pública ao combater, entre outros, o tráfico de drogas e armas.

Apenas para ilustrar, a RFB apreendeu mais de R\$ 4,5 bilhões em mercadorias em 2021, o que representa um aumento de mais de 50% em relação a 2020, com destaque para os cigarros falsificados que representam cerca de 30% de todas as apreensões. Importante salientar que, em sua atuação contra o crime organizado, a RFB é o órgão federal que mais apreende drogas, tendo apreendido mais de 400 toneladas nos últimos oito anos.

O recente recorde de arrecadação de tributos federais em 2021, na ordem de R\$ 1,87 trilhão, ocorreu exclusivamente pela excelência e dedicação dos Auditores-Fiscais da RFB que desenvolvem ferramentas próprias de inteligência e aperfeiçoamento no combate à sonegação fiscal, contrabando, descaminho, lavagem de dinheiro, etc., como já citado.

Ocorre que, paradoxalmente, a RFB ao longo dos últimos anos tem sofrido inexplicável corte em seu orçamento, além de impactante diminuição em seu quadro de Auditores Fiscais. Soma-se a isso, a progressiva perda nos vencimentos da categoria, especialmente quando comparado aos proventos superiores dos fiscos estaduais e dos grandes municípios.

A justa preocupação com a falta de insumos para a indústria nacional, externada pelo Sr. Helcio Honda, ocorre, como explicado pelos diretores da DS/SP Foch Simão e Paulo Oshiro, pela

operação padrão deflagrada pela categoria e fielmente cumprida por nossos valorosos Auditores-Fiscais atuantes nos portos, aeroportos e fronteiras.

Após anos de negociações, promessas e acordos não honrados e lei não cumprida, pelos sucessivos governos, inclusive pelo atual, não nos restou outra alternativa que não fosse a união da categoria em torno da maior mobilização da história da RFB, inclusive com maciça entrega de cargos por parte de Delegados e chefias por todo o país.

Esta lei, aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo Presidente da República, após longas negociações, prevê uma forma de remuneração variável para o Fisco Federal que já é adotada pela grande maioria dos fiscos estaduais. A própria Procuradoria da Fazenda Nacional – PFN já dispõe desse modelo desde 2017, na qual recebe honorários variáveis decorrentes de trabalhos realizados pela própria RFB.

Há anos o Brasil pleiteia fazer parte, como país membro, da ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – OCDE, que é composta por países que buscam o desenvolvimento econômico, financeiro, ambiental e social sustentáveis por meio de respeito aos padrões internacionais de políticas públicas, nas diversas áreas de atuação dos governos. Dentre elas, o fortalecimento dos órgãos de arrecadação, combate à sonegação fiscal e lavagem de dinheiro são condições indispensáveis para um país ser efetivamente admitido como membro da OCDE.

O respeito às leis e aos contratos/acordos, a busca pela justa tributação e distribuição de renda são regras basilares de todo país civilizado e democrático.

O desmonte sistemático que o Governo Federal vem aplicando na RFB, por meio de cortes orçamentários, esvaziamento de seu quadro de Auditores-Fiscais, bem como pelo descumprimento de um ordenamento legal, será objeto de denúncia junto à OCDE pelo SINDIFISCO NACIONAL, tão logo se expire o prazo limite de 04/04/2022.

Infelizmente, caso o governo federal insista em desrespeitar o que foi acordado e assinado com a categoria, desde o ano de 2016, e transformado em lei em 2017, inevitavelmente o ambiente interno da RFB ficará próximo a ingovernabilidade.

A mobilização e a operação padrão dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil se estenderão até que o Governo Federal reconheça a importância do órgão arrecadador e fiscalizador do país, a RECEITA FEDERAL DO BRASIL.

Sendo o que tínhamos para o momento, subscrevemo-nos.



AUDITOR FISCAL MARCUS DANTAS  
COMANDO DE MOBILIZAÇÃO  
SINDIFISCO NACIONAL



AUDITOR FISCAL PAULO OSHIRO  
DELEGACIA SINDICAL SP  
SINDIFISCO NACIONAL